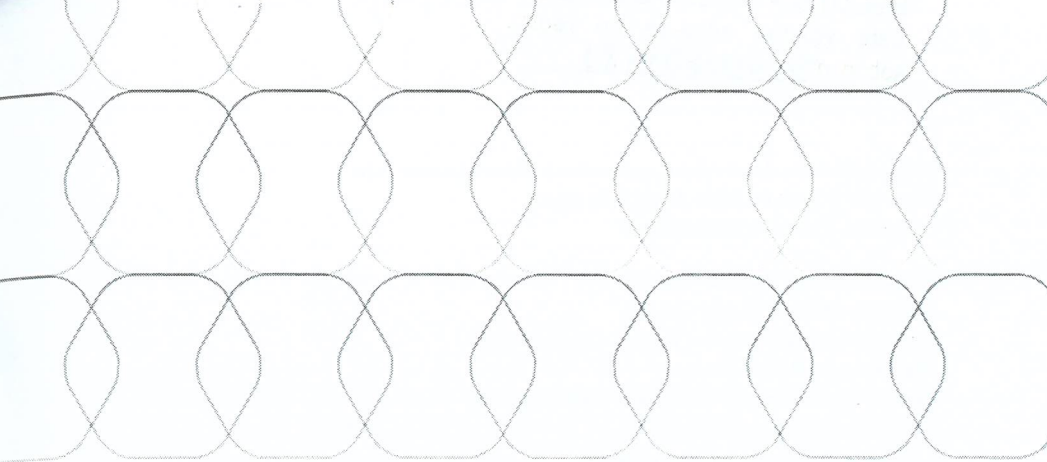




Pablo Ademir de Souza

Investimento público em inovação tecnológica por empresas estatais

inovação aberta, *corporate venture*,
financiamento e subvenção

Prefácio: Vinicius Marques de Carvalho

Apresentação: Elisa LeoneI

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026



341.3784
S 429
IPI
2026

Sumário

Introdução	1
1 Marco Legal Da Ciência, Tecnologia E Inovação (MCT&I) e o Direito Administrativo da Experimentação	7
1.1 Considerações gerais: conceitos operacionais e estrutura de análise.....	7
1.1.1 Conceitos operacionais: Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação, atuação direta e indutiva, inovação tecnológica, risco tecnológico;	7
a) Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação.....	8
b) Atuação direta, atuação indutiva e fomento;	14
c) Inovação tecnológica;	14
d) Risco tecnológico;.....	18
e) Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) e Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e agência de fomento;	20
f) Ambientes promotores de inovação e ecossistemas de inovação;	24
1.1.2. O dever constitucional de promoção e incentivo à PD&I e a necessidade de o poder público intervir no tema	26
a) Soberania digital e a “Endogemização” da tecnologia como imperativo constitucional (art. 218, §§ 1º e 2º)	40
b) Apoio e estímulo para inovação tecnológica em empresas e flexibilização do regime de recursos humanos na tecnologia (art. 218, §4º).....	44
c) Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) e autonomia científica.....	49

d) Distribuição de tecnologia e incentivo aos inventores (art. 219, parágrafo único)	60
e) Instrumentos jurídicos de cooperação público-privada (art. 219-A);	62
1.2 Inovação tecnológica e direito administrativo: o “direito administrativo da experimentação” e o regime jurídico sancionador.....	76
1.2.1 Regime geral responsabilização dos agentes públicos e a teoria do julgamento da decisão empresarial (business judgment rule) aplicada aos administradores de empresas estatais;	78
1.2.2 Tipicidade mitigada, risco tecnológico e o direito administrativo da experimentação.....	95
2. Atuação direta e indutiva em inovação tecnológica pelas empresas estatais brasileiras	119
2.1. Regime jurídico das oportunidades de negócio das empresas estatais nas ações de PD&I	119
2.2.1. Empresas estatais e as oportunidades de negócio para ações de inovação tecnológica	119
2.2. Inovação aberta e instrumentos de fomento aplicados por empresas estatais.....	145
2.2.1 Inovação aberta: Corporate Venture Capital (CVC) e Corporate Venture Builder (CVB) aplicado em empresas estatais.....	145
2.2.2. Instrumentos de fomento em sentido estrito: subvenção e financiamento;	177
Conclusão	203
Referências.....	211